Responsabilidade em prática

Em 1992, a ONU promoveu a Conferência da Terra e lançou metas a serem aplicadas pelos países, a fim de preservar o meio ambiente. Entretanto, a iniciativa das Nações Unidas não foi efetiva, já que, em regra, a sociedade ainda carece de responsabilidade ambiental. Com efeito, para desenvolvê-la, há de se combater não só o interesse privado das autoridades, bem como a omissão dos indivíduos.

A princípio, o conceito conhecido como "Cordialidade" foi criado em 1936 por Sérgio Buarque de Holanda e diz respeito à inabilidade de valorizar o interesse coletivo. Ocorre que não há como desenvolver a responsabilidade socioambiental com atitudes cordiais por parte do poder público, que se omite ante os impactos ambientais promovido por grandes empresas – agronegócio, construtoras, mineradoras. Nesse sentido, enquanto a coletividade não for privilegiada pelo Estado, serão comuns episódios graves, tais como os de Mariana e de Brumadinho.

De outra parte, a indiferença dos indivíduos acerca da sustentabilidade mostra-se obstáculo para a preservação ambiental. A esse respeito, o filósofo contratualista Jean-Jacques Rousseau defendia a tese segundo a qual os cidadãos seriam os responsáveis por todos os rumos da sociedade democrática. Todavia, os indivíduos contemporâneos são incapazes de colocar em prática a responsabilidade

descrita por Rousseau, abandonando à própria sorte ecossistemas e biomas. Assim, não é razoável que a inércia social dê lugar a um dos mais graves problemas para as presentes –e futuras –gerações: o desequilíbrio ambiental.

A Conferência da Terra, portanto, precisa ser, de fato, efetivada pela sociedade. Nesse sentido, na condição de fiscal da lei, o Ministério Público deve, por meio da Ação Civil Pública, processar as autoridades que permitem que grandes empresas explorem o meio ambiente com pouca – ou nenhuma –responsabilidade. A iniciativa do MP teria a finalidade de problematizar, com veemência, as questões ambientais, e, assim, mobilizar todos os indivíduos, desconstruindo-lhes a inércia e colocando a responsabilidade socioambiental em prática.

Professor Vinícius Oliveira

REDAÇÃO MODELO | OS DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DIGITAL DO IDOSO

No filme "Up, altas aventuras", o protagonista Carl é um idoso que vive sozinho e isolado, rodeado por pessoas que almejam enviá-lo a um asilo. Embora seja uma obra ficcional, o longa-metragem retrata características que se assemelham à atual conjuntura, pois, assim como na obra, a figura do idoso se encontra marginalizada, já que não conseguem acompanhar um dos mais importantes recursos da contemporaneidade: a tecnologia. Assim, os desafios a serem superados passam não só pela indiferença social, mas também pela falta de possibilidade de relacionar com os outros indivíduos por meio da tecnologia.

Em primeiro plano, a filósofa Simone de Beauvoir disserta, em sua obra "A Velhice", que as sociedades modernas promovem a invisibilidade social do idoso. Esse conceito se relaciona com o fato cruel de a terceira idade ser considerada irrelevante para a sociedade e incapaz de praticar os atos da vida comum. Nesse viés, a falta de inclusão digital potencializa a invisibilidade denunciada por Beauvoir, colabora para visão inferiorizada da população senil e representa obstáculo para a valorização dessa importante parcela da sociedade. Ora, enquanto a indiferença ao idoso for a regra, a inclusão digital será a exceção.

De outra parte, o uso da tecnologia não se resume a entretenimento: é uma forma de relacionamento humano, a que substancial parcela dos idosos não tem acesso. A esse respeito, Tim Berners-Lee, criador da World Wide Web (WWW), entendia que a Era Digital reconfiguraria as relações humanas, de modo que o contato com o outro seria intermediado pela tecnologia. Nesse sentido, a afirmação de Lee se concretizou e colaborou para excluir da vida em sociedade aqueles que não conseguiram se adequar à Era Tecnológica: os idosos. Ocorre que a exclusão digital também acarreta a falta de relacionamento humano – fundamental para qualidade de vida em qualquer idade.

Urge, portanto, que a inclusão digital do idoso deixe de ser um desafio. Nesse sentido, o Ministério da Tecnologia deve combater a exclusão e tornar visível a necessidade tecnológica da população senil, por meio de da criação de centros comunitários capazes de ensinar a terceira idade manusear aparelhos eletrônicos, como "tablets" e "smartphones". Essa iniciativa teria a finalidade de possibilitar que os idosos estabeleçam relacionamentos afetivos com a comunidade que os cerca, de modo que a marginalização vivenciada pelo personagem Carl seja, em breve, apenas ficção.

REDAÇÃO MODELO DO PROFESSOR VINÍCIUS OLIVEIRA | OS DESAFIOS DA ADOÇÃO NO BRASIL

Em 1789, a Iluminismo consolidou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, garantindo pela primeira vez o direito à família a todos. Entretanto, a negligência às campanhas de adoção impede que parcela dos brasileiros tenha um lar, o que vai de encontro ao ideal iluminista, seja pela complicada burocracia dos processos, seja pela idealização enraizada entre os adotantes.

A princípio, o excesso de procedimentos em torno do processo adotivo representa obstáculo para a sua efetivação. Nesse viés, o Código Civil de 1916 estabeleceu critérios rígidos, a exemplo do mínimo de 50 anos de idade para adotar, e, em 1957, outra lei passou a obrigar a mediação pelo Poder Judiciário, tornando obrigatória a contratação de advogados. Ocorre que a rigidez inadequada do procedimento de adoção, prevista em 1916 e 1957, ainda se perpetua no Brasil e se mostra entrave para que crianças e adolescentes passem a ter um lar. Assim, não é razoável que se mantenha a burocracia, mesmo após a revogação do Código Civil de 1916.

De outra parte, além da burocracia, outro conflito inviabiliza a efetivação do processo adotivo: a idealização. A esse respeito, segundo o Cadastro Nacional de Adoção, substancial parcela das famílias busca adotar crianças de até quatro anos de idade, branca e sem irmãos, o que manifesta na prática o cruel padrão cultural enraizado culturalmente. Nesse sentido, Gilberto Freyre já dissertava, na obra "Casa-grande e Senzala", que o brasileiro nutre alguns estereótipos, quase sempre inalcançáveis. O problema é quando a padronização denunciada por Freyre impede que crianças e adolescentes tenham um lar. Assim, enquanto a visão idealizada da adoção for a regra, a concretização dos processos será a exceção.

Para que os órfãos deixem a situação de acolhimento e passem a ter uma família, o Conselho Nacional de Justiça deve desburocratizar e agilizar o andamento dos processos, por meio da total informatização dos procedimentos, como a possibilidade de o adotante iniciar a adoção online. Essa iniciativa do CNJ teria a finalidade inclusive de aumentar a visibilidade dos órfãos, que entregariam fotos e cartas aos adotantes, de modo que a idealização enraizada dê lugar à solidariedade e ao direito à família, previsto desde o Iluminismo, mas negligenciado pela sociedade contemporânea.

Direito fragilizado

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais – promulgada em 1978 pela ONU — assegura às espécies domésticas e silvestres o tratamento com dignidade e respeito. Entretanto, os frequentes casos de exploração impedem que lhes sejam assegurados esses direitos na prática. Com efeito, não é razoável que, mesmo a sociedade civil brasileira persista em negar direitos civis aos animais.

Em primeiro plano, os maus tratos vão de encontro à legislação nacional e internacional. A esse respeito, em 1961, o então presidente Jânio Quadros promulgou a lei que proíbe expressamente o desenvolvimento de competições baseadas na mutilação e na morte de galos, cachorros, pássaros — conhecidas como rinhas. Entretanto, mesmo após a vigência da lei de Jânio, ainda existem no país locais que utilizam animais para a diversão humana e os submetem a condições degradantes, o que deve ser desconstruído sob pena de prejuízos para a sociedade e a biodiversidade.

De outra parte, o desrespeito aos animais pode colocar em risco o equilíbrio ambiental. Nesse contexto, a Arara Azul — conhecida espécie em extinção — alimenta-se das sementes da árvore Manduvi e faz seus ninhos na cavidade do tronco dessa planta, cuja existência é importante à biodiversidade do Pantanal. Ocorre que a retirada da Arara Azul do habitat natural coloca em risco a perpetuação da própria ave, bem como interfere na dispersão das sementes da Manduvi, o que é capaz de modificar negativamente a dinâmica das espécies. Todavia, enquanto a exploração a animais se mantiver, o Brasil estará impossibilitado de experimentar um dos direitos mais importantes assegurados pelo artigo 225 da Carta Magna: o equilíbrio ambiental.

Urge, portanto, que o respeito aos animais seja, de fato, assegurado na prática, como prevê a Declaração Universal de 1978. Nesse sentido, a ONG WWF-Brasil, por meio de campanhas na mídia televisiva e na internet, deve veicular breves documentários capazes de mostrar aos indivíduos os prejuízos advindos da exploração às espécies silvestres, bem como repudiar os maus tratos aos animais domésticos, com a finalidade de orientar a sociedade civil a colocar em prática os direitos propostos pela ONU. Essa iniciativa da WWF-Brasil é importante, porque problematizaria a função de entretenimento dos animais, aumentaria sua valorização e colaboraria para que o respeito às espécies deixasse de ser, no Brasil, um direito fragilizado.

Professor Vinícius Oliveira

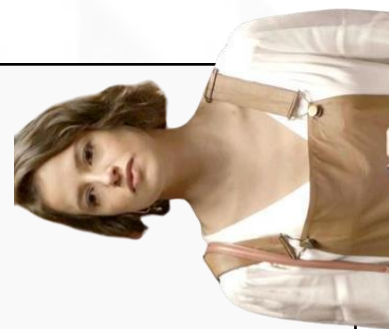
A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO CIVISMO E DA ÉTICA NA SOCIEDADE

Na produção ficcional "A Dona do Pedaço", a personagem Josiane, que insiste em ser chamada de "Jô", é o retrato de um indivíduo esvaziado de quaisquer valores morais e que busca sempre o benefício próprio. Nesse viés, fora das telas, o comportamento anticívico e antiético de Jô manifesta-se no cotidiano de substancial parcela da sociedade e exige que se desconstruam a crise de civismo e a relativização dos valores.

A princípio, quando Aristóteles classificou o ser humano como um "Animal Político", o filósofo teve a intenção de mostrar que homens e mulheres costumam se relacionar de forma harmônica, a fim de manter sua sobrevivência. Ocorre que o conceito grego não se apresenta como realidade na sociedade contemporânea, em virtude das diversas crises de civismo, como a intolerância racial, os discursos de ódio e a ganância humana. Assim, o indivíduo deixou de ser um "Animal Político" para buscar seus próprios interesses e vontades, o que prejudica todo o tecido social.

De outra parte, a figura da personagem Josiane evidencia uma forte e comum característica do brasileiro: a falta de ética. A esse respeito, Thomas Hobbes, conhecido filósofo inglês, produziu a obra "O Leviatã", onde descreve o ser humano como dotado de vontades e de ambições, capazes de justificar atitudes incorretas, desde que elas sejam benéficas a quem as pratica. Ora, é justamente por essa relativização denunciada por Hobbes que o brasileiro convive com a pirataria normalmente, mas critica com veemência a corrupção do Congresso: atitudes igualmente criminosas.

Urge, portanto, que os próprios indivíduos, no exercício do seu senso crítico, coloquem fim à crise de civismo e à relativização da ética, por meio da busca por atitudes corretas diárias, como o repúdio à intolerância racial e à pirataria. Nesse sentido, a rejeição ao que é errado teria a finalidade de reconstruir o tecido social fragilizado pela ganância humana, como denunciou Hobbes n"O Leviatã", de modo que homens e mulheres deixem de protagonizar diariamente as atitudes levianas de Josiane.

Professor Vinícius Oliveira

Lei negligenciada

Em 1748, o filósofo Montesquieu desenvolveu a obra "O Espírito das Leis", segundo a qual as sociedades devem obedecer às normas instituídas, sob pena de haver desequilíbrio social. Entretanto, parcela dos indivíduos contemporâneos é incapaz de aplicar a ideia de Montesquieu, na medida em que a cultura de transgressão às leis se mostra um problema cada vez mais comum. Com efeito, há de se analisar não só a "cordialidade", de Sérgio Buarque, mas também a hierarquia das normas.

Sob uma primeira análise, a cordialidade – fenômeno popularmente conhecido como "jeitinho brasileiro" – dá lugar à cultura de desrespeito às leis. Nesse viés, o sociólogo Sérgio Buarque de Holanda definiu como cordial o cidadão que busca burlar as normas para benefício próprio. Ocorre que, em todas as classes sociais, substancial parcela dos indivíduos pratica a "cordialidade" definida pelo sociólogo, por meio de atitudes antiéticas capazes, que fragilizam a eficácia das normas e se mostram obstáculo à ordem social. Todavia, enquanto a cordialidade for a regra, a obediência às leis será a exceção.

De outra parte, Hans Kelsen – filósofo do século XX – desenvolveu a ideia de que há hierarquia entre as leis, e a vontade do povo deve ser submissa às normas de um Estado Democrático de Direito. No entanto, a sociedade contemporânea subverte a proposta de Kelsen: os cidadãos colocam suas vontades acima das normas legais instituídas pelo Estado, o que fortalece a cultura de transgressão às leis e motiva a existência de um falso Estado de Direito. Nesse viés, não é razoável que a hierarquia estabelecida Hans Kelsen seja tratada com indiferença em uma nação que almeja tornar-se desenvolvida.

A ideologia de Montesquieu, portanto, precisa ser colocada em prática no Brasil. Desse modo, os indivíduos devem repudiar atitudes cordiais, como descreveu Sérgio Buarque de Holanda, por meio de discussões nas mídias sociais capazes de denunciar, com veemência, posturas antiéticas diárias cometidas pela população. Essa iniciativa social teria a finalidade de promover a correta hierarquia entre a lei e as vontades individuais, e, assim, garantir a prevalência do verdadeiro Estado de Direito.

Professor Vinícius Oliveira

Prática comum

Em 1955, João Cabral de Melo Neto escreveu a obra "Morte e vida severina" e objetivou promover a valorização dos falares regionais e da pluralidade da língua nacional. Entretanto, mesmo depois de décadas, substancial parcela dos brasileiros se mostra incapaz de aceitar a diversidade linguística retratada pelo autor modernista, o que torna o preconceito linguístico um paradoxo no Brasil. Nesse sentido, para que essa contradição seja desfeita, há de se combater o assédio linguístico e os estereótipos criados sobre alguns grupos.

Sob uma primeira análise, em 1948, a ONU estabeleceu que um dos principais direitos de um indivíduo é a sua cultura linguística — conhecida como Patrimônio Imaterial — e seria fundamental à dignidade humana. Ocorre que os frequentes discursos de ódio acerca das variantes linguísticas consideradas de baixo prestígio representam grave problema e vão de encontro àquilo que as Nações Unidas declararam como indispensável: a liberdade da língua. Nesse viés, é incoerente que o Brasil seja conhecido como nação multicultural, mas ainda mantenha o preconceito linguístico como prática comum e capaz de fragilizar o Patrimônio Imaterial garantido em 1948.

De outra parte, os estereótipos acerca das variantes negligenciadas socialmente reafirmam o paradoxo. Nesse contexto, o filósofo Mikhail Bakhtin ensina, em sua obra, "Carnavalização da sociedade", que o riso é capaz de desconstruir um grupo marginalizado e incentivar o preconceito. A esse respeito, a mídia brasileira costuma tratar de forma lúdica os falares sociais e regionais de baixo prestígio — a exemplo da pronúncia de indivíduos do Nordeste —, o que colabora para a opressão da linguagem e manifesta na prática a Carnavalização descrita por Bakhtin. Dessa forma, enquanto os estereótipos se mantiverem, o país será obrigado a conviver com um dos mais graves problemas para o Estado Democrático: a exclusão linguística.

A valorização das variantes, portanto, pressupõe que o Ministério Público processe judicialmente aqueles que reproduzem discurso de ódio sobre a diversidade linguística, por meio da Ação Civil Pública capaz de defender os Patrimônio Imaterial da sociedade, a fim de desestimular a opressão pela linguagem. Os cidadãos, por sua vez, precisam repudiar a inferiorização das manifestações linguísticas tratadas com desprestígio, como as das classes menos favorecidas, por intermédio de debates nas mídias sociais que combatam, com urgência, a prevalência de uma variante sobre as demais. Essa iniciativa teria a finalidade de desconstruir o paradoxo de uma nação que é multicultural, mas que insiste em manter o assédio linguístico como prática comum.

Professor Vinícius Oliveira

Cultura hostil

No dia 13 de março, o Brasil ficou marcado pelo assassinato de alunos da escola Raul Brasil, em São Paulo, o que reascendeu a discussão em torno de um dos mais graves problemas para a sociedade: a hostilidade nas instituições de ensino. Com efeito, as diversas faces da violência, tal como ocorreu em 13 de março, representam obstáculo às escolas e inviabilizam o convívio social saudável. Nesse sentido, há de se descontruir a cultura de hostilidade e a omissão do Estado, sob pena de prejuízos irreversíveis aos estudantes.

Sob uma primeira análise, a violência nas escolas evidencia a maldade humana. A esse respeito, a filósofa Hannah Arendt desenvolveu o conceito conhecido como Banalidade do Mal, segundo o qual as atitudes cruéis são parte do cotidiano moderno e tornam as relações socias cada vez mais caóticas. Nesse viés, substancial parcela dos estudantes brasileiros manifesta na prática a cultura de hostilidade definida por Arendt, o que se mostra grave problema e motiva os casos de violência em suas faces mais perversas – bullying, ofensas a professores, depredação de patrimônio. Dessa forma, enquanto, nas escolas, a Banalidade do Mal for a regra, a cultura de paz será exceção.

De outra parte, a omissão do Estado dá lugar aos constantes casos de violência no contexto escolar. Nesse contexto, John Locke – filósofo conhecido como Pai do Liberalismo – construiu a tese de que os indivíduos cedem sua confiança ao Estado, que, em contrapartida, deve garantir direitos aos cidadãos. Ocorre que a ideia de Locke está distante de ser a realidade nas escolas, haja vista a falta de iniciativa das autoridades em garantir a segurança e a paz no ambiente escolar, o que permite a ocorrência de histórias cruéis como a experimentada por alunos em São Paulo, no dia 13 de março. Assim, se a inércia do Estado se mantiver, os estudantes serão obrigados a conviver com um dos mais graves problemas para a sociedade contemporânea: a violência nas escolas.

Para mitigar, portanto, as diversas faces da hostilidade nas instituições de ensino, os cidadãos devem repudiar a cultura de violência – ligada à natureza humana – e comum entre os estudantes, por meio de debates nas mídias sociais, a fim de evitar os problemas que se tornaram comuns, como o bullying e a agressão aos professores. A Polícia Militar, por sua vez, poderia aumentar a segurança dentro das escolas, por intermédio da destinação de viaturas e de agentes às instituições com históricos problemáticos, como as que apresentam alto índice de violência. Essa iniciativa teria a finalidade desconstruir a omissão do Estado, para que, entre os alunos, deixe de ser realidade a cultura hostil.

Vinícius Oliveira

Apenas teoria

Em 1988, Ulysses Guimarães estabeleceu, no artigo 3º da Carta Magna, que a República deveria ser capaz de garantir o desenvolvimento nacional. Entretanto, décadas se passaram, e os indivíduos estão distante de ver a promessa do artigo 3º fora da teoria, o que prejudica toda a sociedade. Para alcançar o desenvolvimento proposto por Guimarães, há de se desconstruir a cultura de intolerância e a histórica desigualdade social.

A princípio, uma sociedade intolerante é incapaz de alcançar o progresso nacional. Sob esse viés, o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, na obra Casa-grande e Senzala, desenvolveu a tese segundo a qual a identidade do brasileiro foi construída a partir do senhor de engenho – branco, patriarca e católico. Ocorre que aqueles que fogem às características padronizadas no Brasil colônia são vítimas de preconceito enraizado desde o século XVI, o que representa grave problema e perpetua a realidade intolerante da casa-grande. Nesse sentido, não é razoável que, mesmo objetivando ser nação desenvolvida, a sociedade brasileira ainda mantenha a cultura de intolerância própria ao Brasil colonial.

De outra parte, a desigualdade social inviabiliza os objetivos traçados para o sucesso da nação. A esse respeito, em 1850, Dom Pedro II impediu que as camadas sociais mais pobres tivessem acesso às terras devolutas – propriedade do Estado. Essa iniciativa excludente do imperador promoveu – e ainda promove – as disparidades econômicas e a pobreza extrema, com as quais o progresso nacional torna-se inviável. Ora, enquanto a desigualdade incentivada em 1850 se mantiver, o Brasil não experimentará um dos benefícios fundamentais para a sociedade: o progresso nacional.

Para alcançar, portanto, o desenvolvimento de que o Brasil precisa, os cidadãos devem repudiar a cultura de intolerância – iniciada no período colonial – e os padrões que motivam o preconceito, por meio de debates nas mídias sociais, a fim de contribuir para o progresso nacional. As escolas, por sua vez, poderiam realizar atividades pedagógicas, por intermédio das aulas de história e de atualidades, com capacidade de mostrar as origens da desigualdade social. Essa iniciativa teria a finalidade de evidenciar os obstáculos que impedem o avanço do Brasil, de modo que a Carta Magna deixe de ser apenas teoria.

Prof Vinícius Oliveira

Livre dos ansiolíticos

Em 1988, Ulysses Guimarães promulgou a Carta Magna e estabeleceu que a saúde e o bem-estar social deveriam ser garantidos a todos. Entretanto, a prevalência da ansiedade mostra que a promessa de Guimarães está distante de ser a realidade no cotidiano moderno. Com efeito, para combater o problema, hão de ser desconstruídas as crises humanas e os efeitos biológicos dos transtornos.

Em primeiro plano, as características da sociedade moderna dão lugar aos casos de ansiedade. A esse respeito, Fernando Pessoa – um dos principais poetas e pensadores do século passado – desenvolveu o conceito de Heteronímia, para mostrar que indivíduo moderno é fragmentado e incapaz de alcançar a plenitude. Nesse viés, o problema denunciado por Pessoa se manifesta na forma dos diversos transtornos de ansiedade e é obstáculo capaz de afetar cidadãos de todas as idades e classes, em virtude do constante contato com as crises – social, economia, existencial. Assim, não é razoável que contemporaneidade considere natural conviver com transtornos de ansiedade, motivados pelos conflitos humanos descritos pelo poeta português.

De outra parte, há de se prevenir os riscos à saúde, frequentes em uma população ansiosa. Nesse viés, no Reino Unido, o National Health Service é considerado o melhor sistema de saúde do mundo e determinou que a ansiedade é marcada por alterações hormonais de serotonina – conhecida como hormônio do prazer. Ocorre que substancial parcela da sociedade convive com os transtornos apontados pelo NHS, mas é indiferente aos perigos da ansiedade e costuma fazer uso inadequado e imprudente dos remédios ansiolíticos. Nesse sentido, enquanto os riscos biológicos e psicológicos não receberem a decida importância, os indivíduos serão obrigados a conviver com um dos mais graves problemas para o cotidiano moderno: a ansiedade.

Para que a sociedade moderna deixe de conviver com os transtornos, o Ministério da Saúde deve ajudar a população a lidar com as crises cotidianas, por meio do atendimento individualizado nos Centros de Atenção Psicossociais – l ocais destinados ao tratamento da ansiedade. Essa iniciativa teria a finalidade de estimular homens e mulheres ansiosos a buscar ajuda médica, capaz de tratar as disfunções hormonais e, assim, contribuir para que o indivíduo moderno viva livre dos ansiolíticos.

Professor Vinícius Oliveira

Apenas teoria

Em 1988, Ulysses Guimarães promulgou a Carta Magna e determinou que o direito ao transporte deveria ser garantido a todos. Entretanto, os históricos problemas de mobilidade mostram que a promessa de Ulysses ainda está distante de ser a realidade nos centros urbanos. Com efeito, o eficaz deslocamento nas cidades pressupõe que se desconstrua o modelo baseado em rodovias e o culto ao carro.

Em primeiro plano, há de se repensar o histórico investimento em estratégias incapazes de suprir a demanda. Nesse sentido, em 1956, o então presidente Juscelino Kubitschek preferiu investir no rodoviarismo e motivou a população adquirir veículos, sem os quais seria impossível o deslocamento nas cidades. Ocorre que o modelo econômico excludente proposto por JK promoveu — e ainda promove — a desigualdade social, na medida em que mostra insuficiente e restrita à minoria detentora do poder econômico. Com efeito, é incoerente que, mesmo no Estado Democrático de Direito, o poder público persista em não oferecer mobilidade inclusiva.

De outra parte, o culto ao carro se mostra desafio à gestão da mobilidade no meio urbano. A esse respeito, o filósofo Theodor Adorno desenvolveu o conceito de Indústria Cultural, segundo o qual a mídia veicula conteúdos de forma constante e persuasiva, a fim de orientar o comportamento da sociedade. Nesse viés, a preferência da população por carros é motivada pelo constante discurso midiático denunciado por Adorno e reafirma a ideologia imprópria e egoísta, que eleva os veículos automotores a objetos de prestígio. Assim, enquanto a supervalorização do carro for a regra, os cidadãos serão obrigados a conviver com um dos maiores desafios do meio urbano: o trânsito caótico.

Os desafios do deslocamento nas cidades, portanto, necessitam que os cidadãos manifestem seu senso crítico, por meio de discussões nas mídias sociais, capazes de criticar o modelo rodoviarista e sugerir que as autoridades desenvolvam o ferroviarismo, como os trens e metrôs. Essa iniciativa social teria a finalidade de desestimular o culto ao carro — midiaticamente incentivado — e, assim, possibilitar que a promessa de Guimaraes deixe de ser apenas teoria.

Professor Vinícius Oliveira

Direito negligenciado

Em abril de 2019, mais um desastre entrou para a história dos brasileiros: o desabamento de prédios irregulares em uma área carente do Rio de Janeiro. Entretanto, essas tragédias banalizaram-se no cotidiano da população e mostram que a moradia ainda não é um direito de todos. Nesse sentido hão de ser combatidas a omissão do Estado e a histórica desigualdade.

A princípio, a indiferença das autoridades inviabiliza as políticas habitacionais. A esse respeito, no século XVIII, o filósofo John Locke desenvolveu o conceito de Contrato Social, segundo o qual os indivíduos cedem sua confiança para o Estado, que, em contrapartida, deveria garantir a propriedade aos cidadãos. Ocorre que as autoridades públicas mostram-se incapazes de assegurar que a parcela carente tenha um lar, o que vai de encontro à proposta de Locke e evidencia a negligência e o descaso do poder público. Assim não é razoável que o direito a habitação previsto no século XVIII ainda não seja realidade na geração contemporânea.

Além da inércia do Estado, persiste a desigualdade histórica de acesso a terra. Nesse viés, em 1850, Dom Pedro II determinou que somente poderia ter propriedades quem pudesse pagar pelos hectares disponíveis – conhecidos como terras devolutas. Ocorre que essa iniciativa subjugou as classes de menor renda a viverem em moradias indignas e precárias, o que se perpetua como grave mazela social. Desse modo, enquanto o direito à propriedade for subtraído dos mais pobres, muitos indivíduos conviverão com este problema: a moradia precária.

Para evitar, portanto, que aconteçam outros desastres envolvendo habitações irregulares, os cidadãos – no exercício do seu senso crítico – devem solicitar condições dignas de moradia e denunciar a omissão do Estado. Essa iniciativa poderá ocorrer por meio da veiculação de conteúdos nas mídias sociais, como fotos e vídeos, a fim de deixar claros os efeitos da desigualdade social, e, assim, contribuir para que a moradia deixe de ser um direito negligenciado.

Apenas teoria

Em 1952, o médico virologista Jonas Salk desenvolveu a vacina contra a poliomielite e contribuiu para a erradicação da doença em 1980. Entretanto, a negligência às campanhas de vacinação fragiliza a conquista de Salk e prejudica toda a sociedade. Com efeito, a efetiva cobertura vacinal pressupõe que se combata não só a rejeição às campanhas, mas também a falsa impressão de que as doenças deixaram de existir.

A princípio, a resistência popular às vacinas inviabiliza o controle de doenças. A esse respeito, o sanitarista Oswaldo Cruz implantou em 1904 políticas de imunização, que foram repudiadas pela população da época, o que motivou a Revolta da Vacina. Ocorre que a rejeição enfrentada pelo médico voltou a ser a realidade e evidencia grave retrocesso capaz de prejudicar a saúde pública de forma irreparável. Nesse sentido, não é razoável que, mesmo sendo nação pós-moderna, ainda se mantenha o repúdio à vacinação comum há mais de 100 anos.

De outra parte, a baixa adesão às campanhas se deve à ilusão de que as doenças deixaram de existir. Nesse viés, o médico Maurice Hilleman desenvolveu a vacina tríplice viral em 1963, fundamental para que o sarampo fosse eliminado do Brasil em 2016. Todavia, a doença combatida por Hilleman voltou a ser um problema para os brasileiros, já que substancial parcela da população nutre a atitude imprudente e inconsequente de rejeitar a prevenção. Assim, enquanto a falsa impressão de inexistência dos vírus se mantiver, a sociedade contemporânea será obrigada a conviver com um dos mais graves obstáculos para a saúde pública: a reemergência de doenças.

As campanhas de vacinação, portanto, precisam receber a devida importância. Para isso, o Ministério da Educação deve desconstruir as notícias falsas, como as que invalidam a eficácia das vacinas, por meio de aulas de biologia realizadas com frequência, para que a rejeição às campanhas deixe de ser realidade no país. Por sua vez, os indivíduos – no exercício do seu senso crítico – podem evidenciar que os vírus e demais agentes etiológicos não deixaram de existir. Essa iniciativa social seria feita por intermédio de discussões na internet, a fim de que o combate iniciado por Jonas Salk deixe de ser apenas teoria.

Verdadeiro Estado de Direito

No século XVII a.C., o Código de Hamurabi determinava que a população fizesse a justiça por si mesma, o que ficou conhecido como lei de talião. Todavia, após a criação do Estado Democrático de Direito, a ideologia "olho por olho, dente por dente", criada antes de Cristo, tornou-se imprópria. Nesse sentido, não é razoável promover autotutela na segurança, sob pena de fragilizar o equilíbrio social e potencializar a maldade.

A princípio, o conceito de Contrato Social – criado pelo filósofo John Locke – propõe que o Estado deveria substituir a vontade da população, de modo a garantir direitos a todos. Nesse viés, caso os cidadãos assumam o porte de armas e façam a própria segurança, haverá desequilíbrio do Contrato Social, o que representa prejuízo irreversível e fragiliza a ordem social – escassa na contemporaneidade. Dessa forma, a ordem pública deve ficar a cargo de agentes preparados para a tarefa, o que, entretanto, tem sido exceção.

Sob outra análise, o porte de armas evidenciaria a maldade humana. A esse respeito, a filósofa Hannah Arendt disserta que as atitudes cruéis fazem parte do cotidiano moderno de homens e de mulheres, o que define o conceito conhecido com Banalidade do Mal. Ocorre que a liberação social de armas de fogo poderia potencializar a hostilidade, tornar a crueldade denunciada por Arendt cada vez mais presente e fragilizar de forma irreparável a harmonia coletiva que ainda resta. Desse modo, é incoerente que a nação busque ser pacífica, mas insista em distribuir armas indiscriminadamente.

Para que a lei de talião, portanto, permaneça no passado, os indivíduos devem repudiar a flexibilização do porte de armas, por meio de discussões nas mídias sociais que mostrem as possíveis consequências da autotutela, como a quebra do Contrato Social, de Locke, e o aumento da Banalidade do Mal, de Arendt. Essa iniciativa teria a finalidade de pressionar as autoridades a garantirem a segurança e, assim, reafirmar o verdadeiro Estado de Direito.

Professor Vinícius Oliveira

Espírito esportivo

Nos Jogos Olímpicos de 2004, um irlandês interrompeu a prova do maratonista Vanderley Cordeiro, que, por sua vez, permaneceu na competição e demonstrou substancial espírito esportivo. [3]Entretanto, a [4]postura amistosa do atleta não é a realidade na maioria dos estádios brasileiros, o que exige desconstrução da maldade humana e da competitividade hostil.

Em primeiro plano, a filósofa Hannah Arendt desenvolveu, em sua obra "Eichmann em Jerusalém", o conceito da Banalidade do Mal, segundo o qual as atitudes cruéis se tornaram parte do convívio social e se banalizaram na sociedade. Ocorre que, no Brasil, a agressividade denunciada por Arendt ainda se perpetua no imaginário contemporâneo e fomenta os casos de violência esportiva em suas faces mais desumanas, o que fragiliza o bem-estar dos indivíduos e representa grave mazela social. Logo, não é razoável que, mesmo sendo nação pós-moderna, os conflitos humanos descritos pela filósofa sejam tratados com indiferença.

De outra parte, é preciso que o contexto esportivo deixe de ser sinônimo de competitividade hostil. Nesse sentido, Nelson Mandela – ex-presidente da África do Sul – decidiu sediar, em 1995, a Copa do Mundo de Rúgbi e promoveu a união social dentro dos estádios, onde brancos e negros ficaram de um mesmo lado com objetivo iguais. Entretanto, embora o Brasil busque ser Estado desenvolvido, ainda é incapaz de reproduzir os ideais propostos por Mandela, haja vista as histórias degradantes nas competições e a extrema insegurança, o que torna inviável o desenvolvimento nacional. Assim, enquanto as atitudes imorais forem a regra, as arenas brasileiras conviverão com este obstáculo: a violência.

Para superar, portanto, os conflitos nos estádios, os indivíduos devem repudiar a maldade banalizada, presente nas arenas esportivas, como as injúrias raciais e os insultos verbais, por meio de debates nos núcleos sociais, a fim de construir relações de empatia e de respeito. Por sua vez, o Ministério da Justiça precisa promover políticas públicas nas competições, por intermédio da distribuição de agentes de segurança, para que desconstruir a competitividade hostil e, assim, demonstrar, tal como Vanderley Cordeiro, o espírito esportivo.

Professor Vinícius Oliveira

Apenas teoria

No ano de 2015, a ONU estabeleceu a Agenda do Desenvolvimento, cujo objetivo é incentivar ações humanitárias sólidas até 2030, por meio de ações voluntárias. Todavia, o trabalho voluntário está distante de ser tratado com responsabilidade, o que inviabiliza as metas das Nações Unidas e exige desconstrução da indiferença das autoridades e dos indivíduos.

A princípio, para desenvolver o voluntariado, há de se combater a omissão do Estado. Nesse viés, a partir da segunda metade do século XX o mundo conheceu o Neoliberalismo, segundo o qual as autoridades deixam de ser assistencialistas e valorizam o esforço individual. Ocorre que a falta de assistência estatal, como propõem os neoliberalistas, acentua as desigualdades, prejudica a população marginalizada e fragiliza a dignidade humana daqueles que são incapazes de sanar suas próprias necessidades. Desse modo, em um mundo onde a indiferença das autoridades é a regra, o trabalho voluntário não pode ser a exceção.

De outra parte, não é apenas o Estado que se mantém silente: os indivíduos também são os responsáveis pela falta da benevolência humana. A esse respeito, Adam Smith – pai do liberalismo econômico – entendia que as sociedades somente alcançam o progresso com a busca pelas ambições individuais e não pela solidariedade. Entretanto, se a sociedade contemporânea mantiver a indiferença proposta por Adam Smith, o trabalho voluntário estará distante de ser incentivado, e as mazelas humanas continuarão a ser negligenciadas.

Para incentivar, portanto, o voluntariado, os indivíduos – no exercício do seu senso crítico – devem denunciar a omissão das autoridades públicas, por meio de discussões nas mídias sociais. Essa iniciativa dos cidadãos teria a finalidade de promover o espírito de coletividade e, consequentemente, problematizar a indiferença dos próprios indivíduos ante a questões humanitárias. Assim, os objetivos traçados pelas Nações Unidas deixarão de ser apenas teoria.

Professor Vinícius Oliveira

Apenas ficção

Em 1936, o filme "Tempos Modernos" denunciou, por meio de Charlie Chaplin, as crises vividas pela população operária que perdeu seus postos de trabalho. Nesse viés, quase cem anos depois, o problema denunciado por Chaplin se manifesta nos milhões de indivíduos que convivem com o desemprego e exige cuidadosa análise acerca das mazelas sociais decorrentes da falta de trabalho e das causas do problema.

A princípio, o excesso de pessoas em busca de uma vaga de emprego inviabiliza o desenvolvimento social. A esse respeito, o conceito sociólogo Exército Industrial de Reserva – criado no século XIX – diz respeito à grande oferta de indivíduos buscando trabalho, o que os torna suscetíveis a subempregos. Ora, o desemprego motiva a perpetuação desse fenômeno do século XIX e subjuga homens e mulheres a condições degradantes, fragilidade de direitos trabalhistas, salários indignos. Desse modo, se o Exército Industrial de Reserva for a regra, as desigualdades sociais serão cada vez mais reafirmadas.

De outra parte, dentre as causas do problema, está a inovação tecnológica, que motiva o desaparecimento de determinados empregos. Nesse sentido, a Terceira Revolução Industrial promoveu automação de processos antes feitos por trabalhadores e passou a exigir constante aperfeiçoamento individual. Ocorre que substancial parcela da população em idade ativa se mostra despreparada e incapaz de acompanhar o aprimoramento imposto pela Terceira Revolução, cujos efeitos cruéis tornam o trabalhador obsoleto. Assim, enquanto a falta de aperfeiçoamento se mantiver, a sociedade conviverá com esta triste realidade: o desemprego.

Para efetivar, portanto, o acesso a empregos dignos, o Poder Executivo deve estimular empregadores, como empresários e microempreendedores, a contratar pessoas em idade ativa, por meio de isenções fiscais, a fim de reduzir o Exército de Reserva e as mazelas sociais advindas dele. As escolas, por sua vez, podem desenvolver a capacitação da comunidade, por intermédio de aulas com orientações de diversas áreas, capazes de mostrar a necessidade de capacitação profissional, colaborando para que os problemas denunciados por Chaplin sejam, em breve, apenas ficção.

Professor Vinícius Oliveira

Momento errado

A ONU estabeleceu a data 26 de setembro como o Dia Mundial de Prevenção à Gravidez na Adolescência e lançou campanhas internacionais de educação sexual. Todavia, o combate proposto pelas Nações Unidas ainda está distante de ser eficaz na sociedade contemporânea, na medida em que a gestação entre adolescentes ainda se mostra grave problema a ser desconstruído, sob pena de perpetuar a cultura de imprudência, bem como prejudicar a saúde das gestantes precoces.

Sob uma primeira análise, a gestação precoce evidencia a perpetuação da cultura da imprudência. Nesse viés, nos Movimentos de Contracultura norte-americanos, a juventude utilizava a sexualidade imprudente em resposta ao tradicionalismo e às imposições sociais, o que foi absorvido pela sociedade. Ocorre que a sexualização iniciada nos EUA, aliada ao precário e ao ineficiente planejamento reprodutivo em algumas nações, perpetua-se de forma imprópria no comportamento de meninos e de meninas com cada vez menos idade, cuja consequência negativa é a gravidez precoce. Assim, é incoerente que as autoridades não se posicionem para desconstruir esse problema enraizado desde o século XX.

De outra parte, a formação uterina só ocorre por completo aos 21 anos, o que torna a gravidez na adolescência, além de uma mazela social, um problema de saúde pública. Nesse viés, se não estiver totalmente desenvolvido, o endométrio – conhecido popularmente como parede do útero – é incapaz de nutrir satisfatoriamente o feto e acarretar abortos espontâneos, partos prematuros, riscos para a mãe adolescente. Nesse sentido, enquanto Estado e família se mantiverem indiferentes, a sociedade contemporânea continuará convivendo com este fenômeno cruel: a gravidez na adolescência.

De outra parte, a gestação precoce pode fragilizar a saúde das meninas. A esse respeito, o endométrio – popularmente conhecido como parede do útero – é responsável pela manutenção e pela nutrição do feto e apenas atinge sua maturação aos 21 anos. Dessa forma, antes do amadurecimento completo, poderá haver má formação do feto e riscos para a vida da mãe adolescente, o que se mostra grave problema a ser desconstruído pela efetiva educação sexual desde os primeiros anos da infância. Nesse sentido, enquanto Estado e família se mantiverem indiferentes, a sociedade contemporânea continuará convivendo com este fenômeno cruel: a gravidez na adolescência.

A iniciativa da ONU acerca do combate à gravidez na adolescência, portanto, deve ser a realidade no Brasil. Nesse sentido, o Ministério da Educação deveria desconstruir a cultura de imprudência sexual, por meio de aulas capazes de mostrar, com eficácia, os problemas advindos da gestação precoce, como abortos espontâneos e má formação fetal, para que meninos e meninas percebam os riscos a que estão expostos. Por sua vez, a família precisa viabilizar a educação sexual desde os primeiros anos da infância, por intermédio de diálogos sobre a sexualidade, realizados com frequência, a fim de que crianças e adolescentes deixem de ser suscetíveis à gravidez no momento errado.

Apenas teoria

"Ninguém será submetido a tratamento desumano ou degradante". Essa frase integra o artigo 5° da Constituição Federal brasileira, cujo conteúdo deve – ou deveria – ser assegurado a todos, sem distinção. Entretanto, a crise do sistema prisional evidencia que os detentos não experimentam esse fundamento constitucional na prática, o que exige esforços para a valorização da dignidade humana e para a reintegração da população carcerária.

Em primeiro plano, as condições degradantes do ambiente prisional representam um dos problemas históricos dos presídios. Nesse viés, o expoente autor modernista Graciliano Ramos foi submetido, em 1936, à prisão no porão de um navio, cuja situação degradante – convívio com doenças, falta de acesso à saúde e higiene – foi descrita no livro "Memórias do Cárcere". Não obstante, a denúncia de Graciliano ainda se aplica às prisões contemporâneas, já que o Estado abandona os presos à própria sorte e não oferece condições básicas para a vida digna dos detentos, que convivem com alimentação precária e dormitórios insalubres. Assim, enquanto o abandono for a regra, os presídios brasileiros serão a reprodução do cárcere enfrentado pelo modernista.

Além da situação degradante, a gestão carcerária se mostra incapaz de promover a ressocialização. A esse respeito, em 1789, a Revolução Francesa – considerada o ápice da Era Moderna – revolucionou o tratamento dos presos e estabeleceu que era necessário reintegrá-los à sociedade para devolver-lhes a liberdade: um dos pilares da Revolução. Ocorre que as autoridades que gerenciam os presídios brasileiros são indiferentes e negligentes no processo de recuperação da população prisional, o que representa grave problema e inviabiliza a reintegração proposta desde o século XVIII na França. Assim, é incoerente que, mesmo sendo nação pós-moderna, o país ainda seja indiferente ao fenômeno da reintegração social, prevista desde a Era Moderna.

Para que a crise histórica do sistema prisional seja, portanto, desconstruída, o Ministério Público Federal, em parceria com o Ministério da Justiça, deve denunciar as condições indignas vivenciadas nos presídios, como a superlotação e falta de acesso à higiene básica, por meio de ações judiciais avaliadas pelo Poder Judiciário. Essa iniciativa do MPF teria a finalidade de garantir a dignidade humana dos detentos e possibilitar que, a curto prazo, haja estratégias eficazes de ressocialização, de modo que a reintegração social deixe de ser, em breve, apenas teoria.

Conquista valorizada

Em 1954, o médico Joseph Edward Murray realizou o primeiro transplante de órgão vital, que lhe garantiu o Prêmio Nobel de Medicina. Entretanto, a substancial parcela dos brasileiros se mostra indiferente à conquista de Murray, de modo que não há cultura de doadores no Brasil. Assim, para modificar esse problema, a desinformação da sociedade e a omissão do Estado devem ser desconstruídos.

Em primeiro plano, a falta de conhecimento inviabiliza as doações viscerais. Nesse sentido, a morte encefálica – quadro clínico definitivo – consiste na perda total e irreparável das funções cerebrais, que deve ser aferida por dois médicos capacitados. Não obstante, muitas famílias, no momento da dor em função da perda de um parente, são incapazes de compreender a morte encefálica e nutrem a falsa expectativa de que o paciente voltará à vida, o que representa grave obstáculo à doação dos seus órgãos. Todavia, não é razoável que a falta de informação a respeito da falência cerebral dê lugar a filas de transplante cada vez maiores.

De outra parte, em 1968 foi promulgada a primeira lei que estabeleceu a doação consentida, segundo a qual a decisão final estaria sob a responsabilidade exclusiva da família. Ocorre que são insuficientes e ineficazes as ações do Estado em incentivar o consentimento familiar, previsto desde 1968 e sem o qual haverá cada vez mais prejuízos àqueles que dependem de órgãos e, consequentemente, a saúde pública será fragilizada. Dessa maneira, enquanto não houver efetivas campanhas, aqueles que dependem da doação serão obrigados a conviver com esta triste realidade: a constante espera por um transplante.

Para incentivar, portanto, a prática solidária das doações, o Ministério da Saúde, no exercício do seu papel social, deve ensinar a população o que é a morte encefálica, por meio da veiculação de conteúdos nas mídias sociais e televisivas, como fotos e vídeos capazes de mostrar que a perda das funções cerebrais é irreparável. Inclusive, essa orientação teria a finalidade de motivar as famílias brasileiras a consentir na doação de órgãos e de tecidos, de modo que, no Brasil, Edward Murray tenha a sua conquista valorizada.

Efetivo direito

Em 1996, foi fundada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que reestruturava o Ensino Médio brasileiro, a fim de ser eficaz para os alunos. Entretanto, as constantes falhas dos últimos anos da educação básica evidenciam que a reforma de 1996 não se mostra eficaz, o que exige a desconstrução da sua desatualização e do seu academicismo.

Em primeiro plano, o sistema educacional do Brasil é inspirado no formato europeu de 1789, baseado no Iluminismo, cuja ideologia impunha aos alunos igualdade a todo custo, que, inclusive, era um dos princípios da Revolução Francesa. Ocorre que a heterogeneidade da população brasileira contemporânea torna impróprio o modelo do século XVIII, na medida em que não valoriza a diversidade cognitiva e socioeconômica dos estudantes do Ensino Médio, o que os prejudica e os distancia da educação ideal. Assim, o papel social dos últimos anos da educação básica não se efetivará enquanto a escola mantiver a ideologia do século XVIII, e o tratamento isonômico – valorização das diferenças – for negligenciado.

De outra parte, o distanciamento entre teoria e prática é obstáculo para a formação dos educandos do Ensino Médio. A esse respeito, em sua obra "Pedagogia do Oprimido", Paulo Freire defende que a escola deve ter íntima relação com a realidade dos alunos e não ficar restrita ao universo teórico – problema conhecido como academicismo. Todavia, o Ensino Médio contemporâneo vai de encontro à ideologia de Freire, haja vista a deficiência dos métodos desenvolvidos nas escolas, capazes de criar abismos entre a sala de aula e a sociedade. Nesse sentido, o distanciamento denunciado pelo pedagogo acarreta um dos mais graves problemas do Ensino Médio brasileiro: a fragilidade do seu papel social.

Impende, pois, que a educação cumpra, de fato, o seu papel nos últimos anos do ensino básico. Para isso, o Ministério da Educação deve, com urgência, desconstruir o modelo ultrapassado de aulas, por meio da flexibilização do currículo, como propõe a Base Nacional Comum Curricular, para que a diversidade cognitiva dos alunos seja valorizada. Por sua vez, os próprios estudantes, com auxílio dos professores, podem realizar pesquisas e seminários relacionando a teoria aprendida em aula com o seu próprio contexto, como ocorre em nações desenvolvidas, a fim de combater o problema do academicismo. Dessa forma, a reforma de 1996 se tornará eficaz para os alunos do Ensino Médio.

Professor Vinícius Oliveira

Realidade distante

Em 1792, o médico francês Philippe Pinel desenvolveu estudos acerca do Transtorno Depressivo e contribuiu para que essa doença fosse tratada com prioridade. Todavia, a negligência em torno da depressão mostra que a sociedade brasileira ainda está distante de experimentar a conquista iniciada por Pinel. Com efeito, a visão reducionista sobre o transtorno e a omissão estatal precisam ser desconstruídos.

2 POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO!

A princípio, há de se combater a ideia de que a depressão seria uma pseudo-doença. A esse respeito, as características da depressão foram relacionadas a sentimentos durante o século XIX, sobretudo pelos escritores da Geração Ultrarromântica. Ocorre que o imaginário contemporâneo ainda nutre a visão equivocada e reducionista de que esse transtorno mental grave é uma sensação passageira, tal como descreviam os poetas românticos, o que inviabiliza o reconhecimento da doença pelo paciente. Assim, não é razoável que a depressão seja negligenciada pela sociedade contemporânea.

A princípio, as características da depressão foram relacionadas a sentimentos durante o século XIX, sobretudo pelos escritores da Geração Ultrarromântica, cujo expoente era Álvares de Azevedo. Esse autor romântico construía seus textos vinculando a ideação suicida ao amor, o que contribuiu para que a tristeza depressiva fosse romantizada. Ocorre que o imaginário contemporâneo ainda nutre a visão equivocada e reducionista de que esse transtorno mental grave é uma sensação passageira, tal como descreviam os poetas românticos, o que inviabiliza o reconhecimento da doença pelo paciente. Assim, não é razoável que a depressão seja negligenciada pela sociedade contemporânea.

De outra parte, é urgente que o brasileiro valorize a sua saúde mental, cuja deficiência dá ensejo à depressão. Nesse viés, na obra "O Mal-estar da Civilização", Sigmund Freud desenvolveu o conceito de Cultura de Sucesso, segundo o qual o indivíduo moderno deve ter êxito em todas as tarefas que se propõe a fazer, e essa imposição seria capaz de subjugá-lo ao mal-estar da modernidade. Essa busca frustrada pelo sucesso constante, tal como Freud descreveu, se mostra frequente no Brasil, e a sua principal consequência é a depressão. Nesse sentido, é necessário que a Cultura de Sucesso – denunciada pelo Pai da Psicanálise – dê lugar ao bem-estar da mente, sob pena de uma das mais graves doenças mentais segundo a OMS: a depressão.

Impende, pois, que indivíduos e instituições públicas cooperem para combater a depressão. Para isso, os indivíduos, manifestando seu senso crítico, devem combater a visão romantizada do Transtorno Depressivo, por intermédio de conteúdos nas mídias sociais, a fim de que seja desconstruída a visão de pseudo-doença. Por sua vez, o Ministério da Saúde precisa fomentar o valor da saúde mental, por meio de aulas interdisciplinares realizadas com frequência, para mostrar como o bem-estar psicológico é capaz de prevenir os casos de depressão, de modo que o combate proposto por Pinel deixe de ser uma realidade distante.

Professor Vinícius Oliveira

"A fome no Brasil é uma grande mentira". Com essa afirmação, o então presidente Jair Bolsonaro mostrou estar equivocado acerca da real situação da pobreza, potencializada pelo desperdício de comida, que representa grave problema. Assim, as causas do desperdício e a omissão do Estado são mazelas a serem desconstruídas.

A princípio, a formação colonial exploratória e desigual do Brasil contribuiu para que o excesso de alimento à mesa estivesse relacionado ao sucesso, o que motiva o brasileiro a produzir mais comida do que é capaz de consumir. Ocorre que a cultura imprópria do desperdício representa grave mazela construída desde o século XVI, que poderia ser revertida em alimentação para os 5,2 milhões de indivíduos que passam fome, segundo o IBGE (2018). Nesse viés, é incoerente que o descarte de comida seja a regra em uma nação majoritariamente pobre.

De outra parte, o Estado se mostra omisso ao desperdício. A esse respeito, segundo o filósofo John Locke, os indivíduos confiam suas necessidades no Estado, que, em contrapartida, deve – ou deveria – garantir direitos básicos à população, tal como a alimentação. Todavia, o Poder Público brasileiro, que poderia reaproveitar a comida desperdiçada de bares e restaurantes, permanece inerte e incapaz de cumprir a ideologia de Locke e oferecer o mínimo para indivíduos marginalizados: as refeições básicas, indispensáveis para a subsistência digna.

Para que o desperdício de comida deixe de ser realidade, os cidadãos, no exercício do seu senso crítico, devem evitar o desperdício, por meio da cocção planejada dos seus próprios alimentos, a fim de desestimular a cultura de fartura e o descarte de comida. O Poder Executivo, por sua vez, precisa garantir as refeições básicas daqueles que passam fome, regulamentando a distribuição das comidas que sobram de bares e de restaurantes, o que atualmente é proibido. Essa iniciativa desconstruiria a omissão do Estado e contribuiria para que a fome deixe de ser vista como uma mentira.

Verdadeiro civismo

Em 1983, milhares de jovens brasileiros saíram às ruas para colocar em prática um dos eventos de maior valor patriótico do país: o movimento Diretas Já. Todavia, substancial parcela da juventude contemporânea mostra-se incapaz de amar sua pátria e de reivindicar melhorias para a própria nação, tal como houve na década de 80. Nesse viés, há de se desconstruir a alienação dos jovens e a visão equivocada de patriotismo.

A princípio, a juventude brasileira, em regra, preocupa-se pouco – ou nada – com os rumos do país, o que é potencializado pelo constante consumo de conteúdos esvaziados de senso crítico: manobra conhecida como Indústria Cultural. Esse conceito foi criado por Theodor Adorno e denuncia o fato de a mídia veicular conteúdos banais, como programas de auditório, que desestimulam as críticas sociais. Nesse sentido, muitos jovens contemporâneos consomem esses conteúdos vazios e são incapazes de estimular posturas patrióticas, o que representa grave obstáculo ao desenvolvimento nacional e consolida a Indústria Cultural no Brasil.

De outra parte, persiste no imaginário dos jovens a visão distorcida de patriotismo. A esse respeito, durante Copa de 1970, Emílio Garrastazu Médici utilizou o futebol para legitimar a sua imagem e o seu governo, de modo a vincular o espírito patriótico à figura do presidente. Com efeito, civismo e patriotismo estão relacionados ao interesse público e não a uma autoridade, como Médici tentou impor, e a manutenção dessa distorção se mostra um problema irreversível à sociedade.

O espírito patriótico demonstrado no movimento Diretas Já precisa, portanto, ser reascendido entre a juventude. Nesse sentido, os próprios jovens devem problematizar, com veemência, a alienação social, por meio de atividades pedagógicas, como aulas e discussões organizadas. Essa iniciativa teria a finalidade de mobilizar os próprios jovens e desconstruir visões equivocadas de patriotismo. Assim, a partir do desenvolvimento do senso crítico, os jovens brasileiros experimentarão o verdadeiro civismo.

Professor Vinícius Oliveira

Em 1974, o psicanalista Herbert Freudenberg desenvolveu o conceito de Burnout, que ficou conhecido como Síndrome do Esgotamento Profissional, cuja principal característica é o estresse crônico. Todavia, o problema descrito pelo médico não recebe a devida importância na contemporaneidade e exige cuidadosa análise acerca do excesso de tarefas e da instabilidade do mercado de trabalho.

Em primeiro plano, a Terceira Revolução Industrial, marcada pelo uso de tecnologias da robótica e da informática, possibilitou que os indivíduos acumulassem tarefas e otimizassem ao máximo o tempo de produção no trabalho. Ocorre que o excesso de atribuições diárias, imposto pela Revolução Informacional, pode prejudicar o trabalhador e contribuir para o desenvolvimento da Síndrome de Burnout, já que o lazer e o bem-estar são negligenciados por muitos empregadores e empregados. Assim, enquanto a saúde mental não for valorizada, o trabalhador contemporâneo será obrigado a conviver com um dos principais problemas ocupacionais: o esgotamento profissional.

De outra parte, as crises econômicas favorecem a prevalência da Síndrome de Burnout. A esse respeito, a Grande Depressão — maior crise da história — trouxe instabilidade ao mercado de trabalho a partir de 1929 e deixou claro que o medo do desemprego pode ser a causa para problemas psicossociais. Nesse sentido, o esgotamento profissional é um desses cruéis desdobramentos da recessão econômica, tal como ocorreu na Crise de 29, na medida em que o indivíduo vivencia constante instabilidade e competitividade no mercado laboral, o que se mostra grave obstáculo à saúde mental do trabalhador.

Para que a síndrome de Burnout, portanto, seja combatida, o Ministério Público do Trabalho deve combater, com veemência, os serviços com jornada exaustiva, por meio de visitas regulares a empresas cujos profissionais manifestem esgotamento. Essa iniciativa do MPT teria a finalidade de promover a valorização da saúde física e mental dos indivíduos, que passariam a lidar melhor com a situação de instabilidade e de competitividade do mercado laboral. Dessa forma, o fenômeno descrito por Freudenberg deixará de ser um problema negligenciado.

Problema moderno

Na Grécia Antiga, Hipócrates – conhecido como pai da medicina – entendia que a anatomia humana exige o constante movimento do corpo, e a inércia iria de encontro à natureza do ser humano. Entretanto, substancial parcela dos indivíduos faz da inércia um costume, de modo que o sedentarismo tornou-se um grave problema e exige que se desconstrua o excesso de atribuições diárias e as consequências nocivas à saúde.

A princípio, o acúmulo de tarefas no cotidiano motiva a falta de atividades físicas. Nesse viés, no final do século XX, a Terceira Revolução Industrial possibilitou o acúmulo de atividades e tornou confortável a vida das pessoas. Todavia, o excesso de conforto possibilitado pela Revolução Tecnológica pode ser prejudicial e tornar sedentários os indivíduos que se apoiam na tecnologia e são indiferentes a caminhadas e a outras atividades físicas fundamentais. Nesse sentido, enquanto o conforto excessivo for a regra, a atividade física será a exceção.

De outra parte, o sedentarismo possibilita o desenvolvimento de diversas doenças. A esse respeito, a Organização Mundial da Saúde relacionou a vida sedentária como causa para obesidade, capaz de acarretar falhas na produção de insulina – diabetes – e alta pressão arterial – hipertensão. Ocorre que substancial parcela da população se mostra indiferente às informações veiculadas pela OMS, não pratica atividades físicas e é inconsequente em relação à própria saúde, o que pode ter consequências nocivas irreversíveis. Assim, se o sedentarismo se mantiver, a sociedade será obrigada a conviver com um dos mais graves problemas para os cidadãos: as complicações de saúde.

Para combater o problema do sedentarismo, portanto, os próprios indivíduos devem organizar suas atribuições diárias, por meio de planejamentos capazes de identificar prioridades, a fim de minimizar o excesso de tarefas e possibilitar a prática de atividades. O Poder Executivo, por sua vez, precisa estimular as atividades físicas e exercícios regulares, por intermédio de projetos comunitários, como as academias populares, para prevenir o desenvolvimento de doenças, como diabetes e hipertensão. Assim, a proposta de Hipócrates será valorizada, e o sedentarismo deixará de ser um problema moderno.

Professor Vinícius Oliveira

Apenas teoria

No ano de 1992, acontecia no Rio de Janeiro a Cúpula da Terra — popularmente conhecida como Eco-92 —, em que foram desenvolvidos os 3 RS da Sustentabilidade: reduzir, reutilizar, reciclar. Todavia, substancial parcela dos brasileiros se mostra incapaz de entender a relevância dos 3 RS, o que representa grave problema contemporâneo. Nesse sentido, há de se desconstruir a histórica cultura de indiferença ambiental, bem como as consequências nocivas à saúde.

A princípio, uma das principais causas para a poluição é a cultura de exploração e de negligência com o meio ambiente. Nesse viés, a obra "Casa-grande e Senzala", de Gilberto Freyre, defende que a formação do brasileiro baseou-se na colônia de exploração dos recursos naturais e na irresponsabilidade com a terra e com os demais indivíduos. Essa prática de exploração excessiva, denunciada por Freyre, ainda se manifesta nas atitudes imprudentes dos brasileiros que poluem o meio ambiente todos os dias, por meio do descarte irresponsável de materiais não biodegradáveis, como o plástico comum. Dessa forma, não é razoável que o Brasil almeje tornar-se nação desenvolvida, mas mantenha atitudes típicas da colônia.

De outra parte, a Organização Meteorológica Mundial – responsável por monitorar as condições climáticas do planeta – afirmou em 2018 que a constante emissão de gases poluentes fez a atmosfera terrestre perder a capacidade de autodepuração, que consiste no retorno às suas condições normais de temperatura e de pressão. Ocorre que os brasileiros permanecem indiferentes às consequências negativas apontadas pela OMM e não se mobilizam para reduzir a queima de gasolina, cujos gases poluem a natureza de forma irreparável. Assim, enquanto a indiferença à poluição for a regra, os brasileiros serão obrigados a conviver com um dos mais graves problemas ambientais: as alterações climáticas.

Para combater a poluição, as prefeituras, com auxílio do Ministério do Meio Ambiente, devem buscar desconstruir a histórica cultura de indiferença ambiental, por meio eventos populares, como palestras abertas à comunidade, a fim de mobilizar a população para reduzir o consumo de materiais poluentes, a exemplo de papel e plástico. Desse modo, as consequências negativas à saúde serão mitigadas, e as iniciativas propostas na Eco-92 deixarão de ser, no Brasil, apenas teoria.

Apenas ficção

A série "The Good Doctor" narra os conflitos e os preconceitos vividos pelo Dr. Shaun Murphy no contexto de um grande hospital norte-americano. Com efeito, as dificuldades sofridas pelo protagonista são a realidade de muitos autistas fora da ficção, o que representa grave obstáculo à verdadeira inclusão social desse grupo e exige medidas para desconstruir as posturas discriminatórias e para promover a verdadeira inclusão.

A princípio, é urgente que o indivíduo contemporâneo repudie a intolerância àqueles que apresentam Transtornos do Espectro Autista. Sob essa análise, o sociólogo Gilberto Freyre defende, na obra "Casa-grande e Senzala", que, durante a formação colonial, as diferenças eram vistas com repulsa. Assim, aqueles que divergiam do padrão eram — e ainda são — marginalizados. Ora, sempre que alguém relaciona a palavra autista a uma piada ou a um preconceito, fica nítido que a intolerância e a discriminação denunciadas por Freyre ainda permanecem como cruel realidade. Portanto, não é razoável que a sociedade do século XXI manifeste posturas arcaicas em relação à população com TEA.

De outra parte, Aristóteles desenvolveu o conceito de isonomia, segundo o qual as pessoas deveriam se ajustar às condições das outras. Entretanto, apesar de o brasileiro ser mundialmente conhecido por ser um povo receptivo, substancial parcela ainda nutre uma grave mazela social: a dificuldade de praticar a isonomia aristotélica. Nesse sentido, é justamente por essa característica social negativa que a população autista ainda está distante de experimentar a isonomia proposta pelo filósofo grego. Desse modo, enquanto o autismo for visto como doença — e não como uma característica — a verdadeira inclusão ainda permanecerá distante.

Medidas devem, pois, ser tomadas para que os indivíduos com autismo sejam tratados com dignidade. Para isso, as escolas precisam, com urgência, desconstruir o histórico preconceito, por meio de eventos pedagógicos, como aulas e palestras, realizados com a participação de pessoas com TEA. Essa iniciativa terá a finalidade de promover a efetiva inclusão, de forma isonômica, de modo que os conflitos experimentados por Shaun Murphy sejam, em breve, apenas ficção.

No século XVI, o cientista alemão Johannes Gutenberg inventou a imprensa, que possibilitou a reprodução de livros em larga escala e facilitou uma das conquistas mais importantes para a humanidade: a leitura. Entretanto, essa prática democratizada por Gutenberg não recebe a devida importância entre os brasileiros, seja pelo fato de muitos indivíduos não saberem ler e interpretar simples enunciados, seja pelo desinteresse em relação aos livros.

Em primeiro plano, não há como desenvolver cultura de leitores em uma sociedade com alto índice de analfabetismo: a principal causa para que o brasileiro não considere o contato com os livros um costume e seja indiferente a essa prática. Inclusive, historicamente, apenas a aristocracia — minoria detentora do poder econômico — tinha acesso à educação, no Período Colonial brasileiro, marcado pela marginalização dos mais pobres. Nesse sentido, essa exclusão iniciada no século XVI se manifesta nos 30% de brasileiros analfabetos funcionais, que são incapazes de perceber a importância da leitura justamente porque não sabem ler.

Outrossim, o desinteresse pela leitura permite a manipulação, a partir do fenômeno conhecido como Controle Simbólico. Esse conceito foi descrito por Michel Foucault e consiste no fato de a mídia promover o esvaziamento do senso crítico, a partir de conteúdos de entretenimento fútil. Ocorre que a falta de criticidade possibilita a influência do comportamento dos indivíduos sem que eles percebam, tal como foi denunciado por Foucault. Todavia, leitura seria capaz de interromper essa manobra escusa e acionar o racional do cidadão para, assim, evitar a padronização de comportamentos e a imposição de ideologias.

Para que a importância da leitura seja, portanto, percebida e valorizada, o Ministério da Educação deve combater o analfabetismo, por meio da implantação de escolas itinerantes, que se instalem em locais onde há alto índice de analfabetismo funcional. A iniciativa do MEC teria a finalidade de não só ensinar as pessoas a ler, começando por livros de enunciados simples, mas também de mostrar os riscos da falta da leitura, de modo que o Controle Simbólico, denunciado por Foucault, dê lugar à leitura, disseminada por Gutenberg.

REDAÇÃO MODELO | OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

No início do século XX, o governo norte-americano promoveu grande expansão de crédito para a população, que confiava no constante crescimento dos EUA entre 1918 e 1928. Ocorre que a população não estava preparada para a grande recessão econômica que ocorreria em 1929, fenômeno que se popularizou sob o título de Grande Depressão. Nesse viés, o despreparo e a falta de planejamento econômico, vividos na Crise de 29, são a cruel realidade dos brasileiros, motivada pela extrema pobreza e pela falta de educação financeira desde a infância.

A princípio, a inabilidade em lidar com o dinheiro decorre da histórica cultura de pobreza, na medida em que é inviável ter planejamento financeiro quando não há o que se administrar. A esse respeito, a formação do Brasil foi marcada por uma colônia de exploração, que, desde o século XVI, promove desigualdade de renda e miséria. Nesse viés, o brasileiro acostumou-se a viver com recursos escassos, e o planejamento financeiro não é a prioridade em uma nação marcada pela exploração colonial, que ainda se perpetua de forma negativa. Paralelamente, os brasileiros que conseguem emergir financeiramente veem-se despreparados para lidar com o dinheiro e são incapazes de evitar o endividamento.

Outrossim, o modelo de escola que ainda está vigente no Brasil baseia-se no Iluminismo, do século XVIII, que impõe a uniformização do comportamento para se chegar à submissão do indivíduo. Essa subserviência, inspirada no ideal iluminista, se manifesta desta forma no Brasil: os alunos não são estimulados a terem sucesso financeiro, mas sim a dependerem dos seus empregadores. Ora, a educação financeira daria a possibilidade de o cidadão emergir socialmente e exigir melhores condições de emprego e de vida, o que no Brasil não era – e ainda não é – o interesse das classes dominantes.

Os desafios da educação financeira, portanto, devem ser assumidos pelos indivíduos e pela escola. Esta deve problematizar a histórica cultura de pobreza, que ainda permanece enraizada na sociedade, por meio de eventos pedagógicos, como aulas e palestras, capazes de mostrar a necessidade de organizar os gastos, sobretudo em tempos de crise. Essa iniciativa teria a finalidade de motivar homens e mulheres, desde a infância, a aprender a administrar o dinheiro, de modo que a Grande Depressão permaneça apenas na história.